



# PROCURADOR

Data: 17/07/2011  
Duração: 4 horas e 30 minutos

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas da Prova Discursiva:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: 

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será **eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

07- Não será permitida durante a realização da prova a utilização de livros, códigos, manuais, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive à legislação comentada ou anotada.

**Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.**

**O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

**Somente decorridas 3 horas e 30 minutos de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.**

08- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de número 01 a 10.

**É POSSÍVEL “SIMPLIFICAR A LINGUAGEM CIENTÍFICA”?**

Não é de hoje que várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas articulam uma campanha que visa ao uso de uma linguagem mais simples nas peças redigidas no âmbito dos processos judiciais.

A iniciativa está longe de ser de todo desarrazoada, tendo em vista que se fundamenta, principalmente, no enraizamento de hábitos linguísticos arcaicos, os quais ainda encontram nichos de adeptos, gerando morosidade, desperdício e até mesmo perplexidade.

Não seria também privado de fundamento que se estendesse esta ideia às outras áreas de conhecimento. Assim, ao lado do “juridiquês”, também deveriam ser simplificados o “economês” e as linguagens usadas pelos médicos, contadores, engenheiros, informatas e técnicos dos mais diversos ramos.

É preciso, entretanto, que os militantes de tal ideia compreendam que há limitações e, sobretudo, risco de deturpações.

Não queremos aqui nos aprofundar no debate que, não raro, surge em torno do caráter científico do direito e de outros conhecimentos. É preciso, no entanto, rapidamente, apresentar alguns elementos caracterizadores do que se considera um conhecimento científico. A maioria dos estudos neste sentido nos diz que a ciência se caracteriza por observação, método, controle, finalidade e linguagem, entre outros.

Importante, também, no nosso contexto, notar que o caráter científico é visto como justificativa para certas características que são consenso em várias áreas – dentre elas o nosso objeto – como a seriedade com que profissionais devem ser ensinados, formados e treinados, para bem desempenhar com sucesso seu mister, na persecução de seus objetivos, que muito têm a ver com a função de alta virtude social.

Neste diapasão, a “campanha pela simplificação da linguagem jurídica” extrapola seus limites, na medida em que ameaça virar lei, obrigando inclusive ao impossível, ou seja, que as sentenças possam ser entendidas por qualquer pessoa.

Façamos uma analogia com a medicina. A bula dos remédios sofreu recentemente uma modificação segundo a qual, hoje, deve conter uma parte intitulada “informações ao paciente” continuando presentes as informações técnicas, apenas acessíveis aos profissionais. Ninguém, em sã consciência, advogaria que se retirasse da bula a informação de que o medicamento possui efeitos anticolinérgicos, simpatomiméticos e extrapiramidais, embora a população em geral não entenda tais termos. Isto por duas razões: a mediata, que consiste na ideia de que a medicina é uma ciência; e a imediata, qual seja, o fato de que para todo remédio existe um médico que o prescreveu e que tem a obrigação de explicar que efeitos são esses a seu cliente. O mesmo se diga dos diagnósticos, receitas, prontuários, etc.

Assim, a muitos causa espanto o fato de que uma pessoa leia uma sentença e não entenda se ganhou ou perdeu, mas ninguém se surpreende se essa mesma pessoa necessita de auxílio de um médico para entender um diagnóstico.

Enfim, o assunto está longe de ser tão simplório como uma “campanha de simplificação” possa dar a entender, sobretudo aos menos atentos, não excluindo destes os nossos legisladores. Uma afirmativa pode ser, entretanto, feita sem hesitação: qualquer um que tenha um problema jurídico deve ter assistência de um profissional, ainda que seja este o funcionário que atende no Juizado ou na Justiça do Trabalho. Vejam que a maioria das petições subscritas por leigos não são por estes elaboradas, o que seria equivalente, na nossa alegoria, a uma automedicação.

Do mesmo modo, é impossível que “qualquer pessoa” entenda uma sentença. Em primeiro, porque vivemos num país em que uma

expressiva percentagem da população é analfabeta, semianalfabeta ou analfabeta funcional. Enfim, muitos de nós não são capazes de compreender texto algum.

Não há uma campanha pela simplificação dos textos médicos ou econômicos, embora estes, não raro, apresentem os mesmos vícios dos textos jurídicos. Este fato está a revelar um possível viés deletério de que tal campanha pode padecer, a despeito de que este não seja o objetivo de seus idealizadores.

Revista da EMERJ, v. 13, nº 51, 2010, com adaptações

**01.** No segmento “...encontram nichos de adeptos...” (l. 6/7), a palavra em destaque refere-se àqueles adeptos:

- A) às “várias entidades” (l. 1)
- B) à “comunidade das carreiras jurídicas” (l. 1/2)
- C) ao “uso de uma linguagem mais simples” (l. 2/3)
- D) à “iniciativa que está longe de ser de todo desarrazoada” (l. 4)
- E) a “hábitos linguísticos arcaicos” (l. 5/6)

**02.** No contexto em que se inserem, as expressões “longe de ser de todo desarrazoada” (l. 4) e “Não seria também privado de fundamento” (l. 8), de acordo com seus valores semânticos, podem ser consideradas:

- A) distintas
- B) semelhantes
- C) redundantes
- D) polissêmicas
- E) hipônimas

**03.** No texto, predomina o modo de organização:

- A) narrativo
- B) descritivo
- C) argumentativo
- D) coloquial
- E) injuntivo

**04.** “Este fato está a revelar um possível viés deletério de que tal campanha pode padecer...” (l. 66/67) – como expressão desse viés, de acordo com o contexto, pode-se citar:

- A) Como a linguagem da ciência é de domínio comum do povo, “qualquer pessoa” está apta a entender uma sentença judicial.
- B) O profissional estuda para compreender e aplicar uma ciência, portanto, deve legitimá-la, fazendo-se entender por leigos no assunto de que trata sua área.
- C) É dispensável possuir formação em Direito para advogar, pois é possível recorrer a qualquer funcionário da Justiça.
- D) A aceitação de que “qualquer pessoa” possa entender uma sentença judicial nega o caráter científico do Direito.
- E) É discutível a essencialidade do profissional de Direito, o que traduz menosprezo a seu mister.

**05.** De acordo com o contexto, no trecho “Isto por duas razões: a mediata, que consiste na ideia de que a medicina é um ciência; e a imediate, qual seja, o fato de que para todo remédio...” (l. 40/42), as expressões em destaque significam, respectivamente:

- A) de modo indireto / sem intervenção
- B) de modo intuitivo / de modo brusco
- C) de que se tem memória / de que se tem notícia
- D) que está próximo / que está prestes a acontecer
- E) que dispensa rodeios / que se resolve logo

**06.** Considerando o recurso da coesão referencial, o pronome foi empregado inadequadamente no segmento:

- A) “...os quais ainda encontram...” (l. 6)
- B) “...esta ideia às outras...” (l. 9)
- C) “...militantes de tal ideia...” (l. 13)
- D) “...no nosso contexto...” (l. 22)
- E) “...efeitos são esses...” (l. 44)

**07.** “Não é de hoje que várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas articulam uma campanha...” (l. 1/2) – quanto à concordância em relação ao emprego do verbo fazer, está **incorreta** a frase:

- A) Faz algum tempo que é articulada uma campanha por várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas.
- B) Fazem algum tempo as articulações de várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas acerca de uma campanha.
- C) Faz algum tempo as articulações de várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas acerca de uma campanha.
- D) Hão de fazer algum tempo as articulações de várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas acerca de uma campanha.
- E) Há de fazer algum tempo que é articulada uma campanha por várias entidades da comunidade das carreiras jurídicas

**08.** Acerca das estruturas gramaticais do texto, é correto afirmar que:

- A) No segmento “...que visa ao uso...” (l. 2), o emprego da preposição contraria a norma culta da língua quanto à regência.
- B) No segmento “...desarrazoada, tendo em vista que...” (l. 4/5), a expressão em destaque poderia ser substituída por “haja visto que”, sem prejuízo à correção gramatical.
- C) No segmento “...características que são consenso...” (l. 23/24), a palavra em destaque poderia ser flexionada no feminino plural, para concordar com o substantivo “características”.
- D) No segmento “...seus limites, na medida em que ameaça...” (l. 30), a expressão em destaque poderia ser substituída, sem prejuízo semântico-gramatical, por “à medida que”.
- E) No segmento “Enfim, muitos de nós não são capazes...” (l. 62), o verbo poderia ser adequadamente flexionado na primeira pessoa do plural.

**09.** A voz passiva foi inadequadamente empregada, segundo a variante formal da língua, no segmento:

- A) “...também deveriam ser simplificados o ‘economês’” (l. 10)
- B) “...do que se considera um conhecimento científico.” (l. 18/19)
- C) “...a ciência se caracteriza por observação...” (l. 19/20)
- D) “...o caráter científico é visto...” (l. 22/23)
- E) “...profissionais devem ser ensinados...” (l. 25)

**10.** No segmento “...a despeito de que este não seja o objetivo de seus idealizadores.” (l. 67/68), a expressão em destaque pode ser substituída, sem prejuízo semântico-sintático por:

- A) a menos que
- B) apesar de que
- C) a não ser que
- D) desde que
- E) de sorte que

## CONHECIMENTOS GERAIS

**11.** Segundo a divisão estabelecida pela Coroa Portuguesa, a Sesmaria denominada São Gonçalo pertencia à Capitania de:

- A) São Domingos
- B) Nossa Senhora da Luz
- C) Santo Antônio do Morro Alto
- D) São Vicente
- E) Nossa Senhora da Conceição

**12.** São Gonçalo está dividido em cinco distritos. Além da sede, São Gonçalo, o Município conta com:

- A) Monjolos, São Miguel, Neves e Alcântara
- B) São Miguel, Boa Vista, Alcântara e Covanca
- C) Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes
- D) Boa Vista, Ipiíba, Sete Pontes e Arsenal
- E) Arsenal, Boa Vista, Covanca e Neves

**13.** Um dos principais bairros do Município de São Gonçalo deve sua origem a um lugarejo que se destacou como o mais importante centro de avicultura do Estado do Rio de Janeiro, abrigando a Cooperativa Avícola de São Gonçalo. Trata-se de:

- A) Canoas
- B) Tribobó
- C) Maromba
- D) Patronato
- E) Freguesia

**14.** No início do século XIX, a economia de São Gonçalo era predominantemente agrícola. Seu principal produto era:

- A) o açúcar
- B) a mandioca
- C) o café
- D) o milho
- E) a soja

**15.** Nas décadas de 1940 e 1950, São Gonçalo viveu o auge de sua produção industrial. Nos anos 1940, predominava a produção de:

- A) tecidos
- B) borracha natural e sintética
- C) zinco metálico
- D) papel
- E) cerâmicas de telhas e tijolos

**16.** Uma das principais atrações turísticas do Município de São Gonçalo é:

- A) o Museu Salles Cunha
- B) a Ilha de Itaoca
- C) a Praça Otacílio Ferreira Neto
- D) a Praia da Bica
- E) o Solar das Águas

**17.** Conforme estabelece o artigo 4º da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, os Conselhos Municipais, como forma de participação popular nos programas e projetos governamentais, atenderão, dentre outros, ao seguinte princípio:

- A) dois terços de seus membros serão representantes de órgão públicos municipais
- B) será vetada a participação de partidos políticos
- C) um terço, no mínimo, de seus membros será indicado, alternativamente, por entidades associativas
- D) será vedada a participação de representantes de outros níveis federativos
- E) a indicação de representantes do Poder Judiciário obedecerá ao critério paritário de funcionários do Executivo e do Judiciário

**18.** De acordo com o artigo 36 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, a exoneração *ex-offício* dar-se-á quando, tendo tomado posse, o servidor não assumir o exercício do cargo estabelecido. A exoneração *ex-offício* ocorrerá, ainda:

- A) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório
- B) quando extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade
- C) em caso de substituição remunerada para cargo de outra natureza
- D) quando da posse em outro cargo de provimento efetivo
- E) em caso de desempenho de mandato eletivo municipal

**19.** Segundo o artigo 74 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, a gratificação por exercício de cargo em tempo integral e dedicação exclusiva será concedida até o limite de:

- A) 10% (dez por cento) do vencimento do servidor
- B) 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do servidor
- C) 50% (cinquenta por cento) do vencimento do servidor
- D) 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do servidor
- E) 100% (cem por cento) do vencimento do servidor



**20.** Segundo o artigo 17 da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, compete privativamente à Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

- A) planejar, organizar e dirigir obras e serviços públicos municipais
- B) provocar a intervenção Federal no Município mediante representação de um terço, no mínimo, de seus membros
- C) sancionar, vetar, promulgar e fazer publicar as leis, decretos e regulamentos
- D) fixar os preços dos serviços públicos, inclusive os delegados
- E) julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**21.** A Constituição Federal protege determinadas áreas consideradas patrimônio nacional, sujeito a regras quanto à exploração, assim, **não** se inclui na previsão constitucional:

- A) a Serra do Mar
- B) o Pantanal Mato-Grossense
- C) a Zona Costeira
- D) a Mata Atlântica
- E) a Área do Pré-Sal

**22.** Após os recentes acidentes com usinas nucleares, os cidadãos de determinado Município provocam a Câmara Municipal para aprovar lei que proíba a instalação de usinas no território do Município. Os vereadores, atendendo aos reclamos da população local, aprovam lei proibitiva, sancionada pelo Prefeito. Sobre o tema, revela-se correto afirmar que:

- A) É competência peculiar ao Município a aprovação de lei sobre localização de usinas nucleares.
- B) Tal competência é dos Estados Federados que podem delegá-la aos Municípios do seu território.
- C) Trata-se de competência federal, não abrangendo Estados ou Municípios, que não podem legislar sobre o tema.
- D) Esse tema é de competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
- E) Caso não exista legislação estadual ou federal sobre o assunto, o Município pode legislar de forma suplementar.

**23.** O Congresso Nacional está em vias de aprovar novo Código Florestal, objeto de acordos entre as várias correntes políticas que têm interesse no tema, como ambientalistas e ruralistas. O Código Florestal em vigor estabelece várias regras de competência, distribuídas entre os entes da Federação. Assim, sobre a supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, é correto afirmar que:

- A) Poderá ser realizada pelo Município, se possuir Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, após autorização do órgão estadual.
- B) É competência de órgão de ambiente federal após a oitiva do órgão estadual e do órgão municipal.
- C) Cabe ao órgão estadual de controle do ambiente, após consultar os órgãos federal e municipal de idêntica competência.
- D) É ato concorrente entre os órgãos de controle ambiental federal, estadual e municipal, diante da ausência de lei geral sobre o tema.
- E) É possível ao órgão de controle ambiental federal que detém a exclusividade normativa e de polícia nesse tema.

**24.** Em ação proposta perante o Supremo Tribunal Federal por servidor público do Poder Judiciário, foi reconhecido o direito ao reconhecimento dos requisitos para aposentadoria especial diante de lei específica regulando o tema. Pode-se afirmar que o meio utilizado gerou efeitos:

- A) Erga omnes, diante da importância do tema.
- B) Inter partes, vez que somente foi apresentado individualmente.
- C) Erga omnes e inter partes, diante da via utilizada.
- D) Erga omnes, com possibilidade de efeitos inter partes.
- E) Inter partes, sem efeitos erga omnes, salvo se coletivo.

**25.** No campo do controle abstrato de constitucionalidade dos atos normativos, especificamente sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, é **incorreta** a seguinte afirmativa:

- A) Vigora o princípio da indisponibilidade da ação após proposta.
- B) A petição inicial será indeferida por inepta ou não fundamentada.
- C) Da decisão liminar do Relator que indeferir a exordial cabe agravo.
- D) As informações das autoridades indicadas serão prestadas em trinta dias.
- E) O Advogado-Geral da União atua na ausência do Procurador-Geral da República.

**26.** A Ação Declaratória de Constitucionalidade tem requisitos e trâmite estipulados em lei especial, dentre os quais se pode indicar a:

- A) existência de controvérsia entre decisões administrativas
- B) legitimidade ativa do Prefeito Municipal
- C) atuação, como fiscal da lei, do Defensor Público
- D) liminar cautelar deferida pelo Relator da ação
- E) oitiva do Procurador-Geral da República

**27.** Diversos temas são apresentados ao Supremo Tribunal Federal mediante Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, instituto regulado por lei especial. Nesse tema, é correto afirmar que:

- A) O Procurador-Geral da República não é ouvido pelo Relator.
- B) Revela-se essencial a comprovação de controvérsia judicial.
- C) Poderá o Relator convocar audiência pública com interessados.
- D) A decisão será cumprida após a lavratura e publicação do acórdão.
- E) É possível a propositura de ação rescisória do acórdão que julgar a ADPF.

**28.** O Mandado de Segurança é garantia tradicional do sistema constitucional brasileiro figurando desde a Constituição de 1934 e tendo sido regulado por diversas leis. Na legislação atual, regulamentou-se o instituto de natureza coletiva. Sobre essa espécie de Mandado de Segurança, é correto afirmar que:

- A) A sentença proferida fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos.
- B) A associação ou entidade de classe pode apresentar a referida ação logo após a sua regular constituição.
- C) Os interesses que podem ser objeto de defesa judicial devem estar relacionados à totalidade da classe.
- D) A medida liminar pode ser concedida inaudita, altera parte e induz litispendência com ações individuais.
- E) A impetração é relacionada a associações ou a sindicatos para a defesa de interesses da sociedade.

**29.** O sistema relacionado ao Mandado de Segurança tradicionalmente previu a possibilidade de requerimento da pessoa jurídica de direito público para obstar os efeitos de liminar ou sentença proferida em determinadas matérias. Isso, atualmente, é permitido para evitar grave lesão:

- A) ao meio ambiente
- B) à seguridade social
- C) ao trabalhador
- D) à segurança
- E) à privacidade

**30.** A Constituição Federal contém regras que incentivam o fomento de práticas desportivas formais e não formais. Nessa trilha, revela-se **incorreta** a seguinte afirmativa:

- A) As entidades desportivas dirigentes têm autonomia em relação ao Estado.
- B) Existe a proteção às manifestações desportivas de criação nacional.
- C) Ocorre o esgotamento das instâncias da Justiça Desportiva, de natureza administrativa.
- D) Poderá ocorrer tratamento diferenciado para o desporto profissional.
- E) O Poder Público não destinará recursos ao desporto de alto rendimento.

**31.** O Município X possui legislação especial regulando o espaço urbano, baseada no Plano Diretor com previsão de determinadas áreas onde ocorrerá a preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares. Esse direito será exercido, consoante a legislação geral sobre o tema, para:

- A) ordenamento da expansão rural
- B) proteção de áreas de interesse turístico
- C) constituição de reserva fundiária
- D) execução de projetos habitacionais de luxo
- E) criação de unidades desportivas profissionais

**32.** O Plano Diretor do Município poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, desde que:

- A) exista lei estadual autorizando
- B) ocorra plebiscito na população
- C) concorra o direito de preempção
- D) mediante contrapartida do beneficiário
- E) por autorização do Ministério Público

**33.** Lei municipal deve definir os empreendimentos públicos ou privados que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança. Nesse estudo, consoante a lei geral, **não** se inclui para efeito de análise:

- A) adensamento populacional
- B) valorização imobiliária
- C) número de animais
- D) paisagem urbana
- E) geração de tráfego

**34.** O Município deve organizar o seu Plano Diretor através de lei municipal. Consoante as normas gerais, revela-se correto afirmar que:

- A) O Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.
- B) As sessões do Poder Legislativo municipal sobre o tema serão reservadas.
- C) As diretrizes e prioridades do Plano Diretor não são incorporadas ao orçamento.
- D) O Plano Diretor deve delimitar áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento compulsório.
- E) No processo de elaboração despiciendas as audiências públicas na Câmara.

**35.** Consoante as regras constitucionais sobre remuneração dos servidores e agentes públicos, para determinadas categorias vigora o denominado regime do subsídio fixado em parcela única. **Não** percebe tal remuneração o:

- A) Diretor de Empresa Pública
- B) Secretário Estadual
- C) Deputado Federal
- D) Ministro de Estado
- E) Governador de Estado

**36.** Do regime de previdência do servidor público constam diversas características gerais, dentre as quais se pode referir, quanto à aposentadoria:

- A) compulsória com proventos integrais aos setenta anos, independentemente do tempo de serviço público
- B) voluntária com cinco anos de exercício no cargo efetivo, com aproveitamento do tempo de serviço prestado na iniciativa privada
- C) aos cinquenta e cinco anos de idade para a mulher com vinte e cinco anos de contribuição
- D) com sessenta anos de idade para o homem e trinta anos de contribuição
- E) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição

**37.** Nos termos da Constituição Federal, após extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará:

- A) aposentado
- B) em disponibilidade
- C) de licença
- D) de férias
- E) inviabilizado

**38.** No âmbito do processo licitatório, existem vários tipos de licitação, dentre os quais **não** se pode incluir:

- A) sorteio
- B) melhor técnica
- C) técnica e preço
- D) maior lance
- E) menor preço

**39.** No campo da competência tributária do Município podem ser exemplificadas as seguintes exações fiscais:

- A) IPI, ICMS, Contribuição Previdenciária
- B) IRPF, ISS, Contribuição sobre o Lucro Líquido
- C) IPTU, ISS, Contribuição de Iluminação Pública
- D) IPI, ISS, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
- E) ICMS, IPTU, Contribuição Social

**40.** No que concerne à imunidade recíproca, a mesma é aplicável aos impostos de todos os entes federados. Assim, o Município W pode cobrar o ISS dos serviços prestados pelo(a):

- A) União Federal
- B) Empresa Pública T
- C) Estado X
- D) Autarquia H
- E) Município K

**41.** O Município W, por meio de lei formal local, modifica a data do recolhimento do ISS a vigorar no mesmo ano da edição da norma. Segundo as regras em vigor, pode-se afirmar que:

- A) Violado restou o princípio da anterioridade tributária, que não permite tal modificação legislativa.
- B) A modificação confronta o princípio da uniformidade, que impede mudança nas datas de recolhimento dos tributos.
- C) A mudança da data de recolhimento dos tributos é medida de Administração Tributária e não ofende princípios constitucionais.
- D) A lei formal em comento deveria ser nacional por traduzir lei geral quanto à aplicabilidade dos tributos.
- E) As datas de cobrança dos tributos municipais devem constar em lei especial sobre o tema, abrangendo todos os tributos locais.

**42.** Lei municipal estipula que o sujeito passivo do imposto predial e territorial urbano pode ser o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor. Nessa trilha, **não** pode ser considerado integrante da relação tributária o:

- A) promitente comprador
- B) donatário
- C) cessionário
- D) locatário
- E) posseiro

**43.** Para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, previsto em lei municipal, pode haver a cobrança do seguinte tributo:

- A) Contribuição de Melhoria
- B) Contribuição Previdenciária
- C) Contribuição de Intervenção
- D) Contribuição Profissional
- E) Contribuição Social

**44.** No regime constitucional de repartição de arrecadação tributária, o Município recebe percentuais decorrentes da cobrança de várias espécies de tributos federais. Quanto ao Imposto sobre Propriedade Rural, quando não cobrado pelo Município nem por ele fiscalizado, relativamente aos imóveis situados no território do município, esse percentual deve corresponder a:

- A) quarenta por cento
- B) trinta por cento
- C) cinquenta por cento
- D) noventa por cento
- E) sessenta por cento

**45.** Na falta de eleição de domicílio tributário pelo contribuinte ou responsável, **não** se pode considerar para essa determinação:

- A) a residência habitual das pessoas naturais
- B) o centro habitual da atividade da pessoa natural
- C) o local da sede das pessoas jurídicas de direito privado
- D) o local da repartição da pessoa jurídica de direito público
- E) a capital do Estado onde está localizada a pessoa natural

**46.** M, após contratar com W a entrega de determinado objeto no prazo de sessenta dias, é surpreendido com a mora do devedor. Ultrapassado, em muito, o prazo de entrega, W comunica que, nesse período de atraso, a coisa a ser entregue pereceu em decorrência de um ciclone extratropical, vez que um dos seus empregados retirara o objeto do depósito, que não sofreu danos, e o colocou em área aberta da empresa. Diante dessa narrativa, pode-se afirmar que:

- A) Existe a caracterização de força maior a exonerar o devedor da entrega do objeto.
- B) Está caracterizado o caso fortuito que impede o cumprimento da obrigação.
- C) Nos contratos para entrega de coisa, a mora exonera o devedor da responsabilidade.
- D) Durante o período de mora, remanesce a responsabilidade do devedor pela entrega.
- E) Eventos naturais exoneram o devedor do cumprimento da obrigação.

**47.** O empresário Mévio, proprietário de bela construção estabelecida de frente para o mar, dela usufrui plenamente, e a utiliza para moradia eventual nos finais de semana de sol, oportunidade em que navega com sua embarcação de luxo pelas ilhas próximas. Pretendendo atuar economicamente, apresenta processo administrativo pugnando a devida autorização. Antes do término do referido procedimento, realiza construções provisórias que impedem o pleno desenvolvimento da fauna marinha nativa. A teor das normas civis, pode-se afirmar, que o direito de propriedade:

- A) é absoluto e abrange, além do solo, o subsolo e o espaço aéreo
- B) deve ser exercido de acordo com suas finalidades econômicas e lucrativas
- C) pode ser exercido plenamente com autorização para eliminar a fauna nativa
- D) é relativo, podendo, no entanto, ser utilizado em detrimento do equilíbrio ecológico
- E) tem função social, com a preservação do patrimônio histórico e artístico

**48.** Nos termos da lei especial que regula direitos e obrigações pertinentes à propriedade industrial, **não** se inclui a concessão de:

- A) patente de invenção
- B) direito do autor
- C) registro de marca
- D) registro de desenho industrial
- E) modelo de utilidade

**49.** Mévio promove ação pelo procedimento ordinário em face do Município JJ, postulando indenização por danos morais e materiais, tendo em vista prejuízos causados ao veículo terrestre por colisão provocada por ambulância conduzida por motorista profissional dos quadros de servidores efetivos da pessoa jurídica de direito público incluída no polo passivo. O valor da causa fixado pelo autor foi de R\$ 20.000,00, correspondendo ao benefício econômico postulado. Consoante as regras processuais, é correto afirmar que:

- A) O procedimento adotado foi estabelecido pela pessoa jurídica que integra o polo passivo.
- B) O correto seria a apresentação da demanda nos Juizados Especiais Cíveis, pelo valor.
- C) O procedimento correto pela matéria seria o comum sumário, em Vara Fazendária.
- D) O prazo para resposta da Fazenda, no procedimento sumário, corresponde ao quádruplo.
- E) Caso a Fazenda Municipal seja condenada por sentença, cabe remessa necessária.

**50.** Tício propõe ação pelo procedimento ordinário em face do Município TT, postulando a repetição de indébito tributário de valores recolhidos indevidamente a título de IPTU, aduzindo, como questão prejudicial, a inconstitucionalidade da lei municipal que majorou a alíquota. O pedido é julgado procedente, com fundamento na violação de norma constitucional federal, decisão mantida em acórdão unânime do Tribunal de Justiça Estadual. Inconformado, o Município apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados. Consoante as regras processuais, é possível, em tese, a apresentação de:

- A) Recurso Extraordinário
- B) Embargos Infringentes
- C) Embargos de Divergência
- D) Recurso Especial
- E) Recurso Ordinário

**PROVA DISCURSIVA**

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) linhas e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a uma das quatro propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

**1ª PROPOSTA**

Análise as questões jurídicas concernentes ao caso apresentado a seguir.

O contribuinte JT recebe a visita de agentes fiscais do Município WW que, no exercício regular da atividade fiscal, exigem a apresentação dos livros comerciais obrigatórios e demais registros legais, dando início a regular procedimento administrativo fiscal. Após análise dos documentos apresentados, os agentes públicos não constatarem qualquer irregularidade. Apesar disso, em decisão baseada na legislação federal sobre o tema, diante da ausência de lei local sobre o assunto, surge decisão determinando a quebra do sigilo bancário e fiscal quanto aos outros entes federativos.

Com base no caso apresentado, disserte sobre a possibilidade do cometimento de algum ilícito por parte da autoridade fiscal e sobre a existência de algum remédio processual para o caso.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Poder de polícia	0 a 15
Sigilo	0 a 10
Remédio processual	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

**2ª PROPOSTA**

Análise as questões jurídicas relevantes, relativas ao caso apresentado a seguir.

Cuca da Silva é citado, em execução fiscal, como representante legal da empresa Caquinos e Coquinhos Ltda., na qualidade de sócio-gerente, por dívida originária do não pagamento do ISS, sendo autor o Município WKW. O valor devido, regularmente inscrito no cadastro da dívida ativa, monta a R\$ 100.000,00. A empresa não possui bens suficientes para oferecer à penhora, tendo o seu representante legal apresentado bens pessoais para compor o valor total do débito e apresentar defesa.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Responsabilidade	0 a 15
Penhora	0 a 10
Defesa	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

**3ª PROPOSTA**

Análise os aspectos processuais envolvidos no caso apresentado a seguir.

Mévio propôs ação indenizatória, por danos materiais e morais postulando a condenação do Município KDEW, tendo em vista a prática de ato ilícito. Após a regular instrução processual, restou comprovado o nexa causal, estabelecida a responsabilidade fazendária. O valor da condenação foi de R\$ 500.000,00. Não houve remessa obrigatória. Logo após certificada a ausência de recurso, iniciou-se a execução, sendo que, após citada, a fazenda apresentou a defesa cabível.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Responsabilidade	0 a 15
Execução	0 a 10
Defesa	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5

**4ª PROPOSTA**

Análise os aspectos jurídicos envolvidos no caso apresentado a seguir.

Esculápio da Silva propôs ação de procedimento ordinário para cobrar dívida correspondente a R\$ 10.000,00 de Mévio, sendo o pedido julgado procedente *in totum*, condenado o réu nas custas e em honorários advocatícios de dez por cento do valor da dívida. O recurso interposto restou improvido, ocorrendo o trânsito em julgado da decisão. A execução foi iniciada com a devida comunicação ao representante processual do réu, que não quitou a dívida no prazo legal e nem ofertou defesa. Após requerer a penhora dos bens do executado, Esculápio postulou a fixação de novos honorários.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Recursos	0 a 15
Execução	0 a 10
Sucumbência	0 a 5
Clareza, coesão e coerência	0 a 5
Correção gramatical	0 a 5





10

20

RASCUNHO

RASCUNHO

30

40